

MEMÓRIAS
DA
ACADEMIA DAS CIÊNCIAS
DE
LISBOA

CLASSE DE LETRAS

TOMO XLIII

**Elogio Histórico do Académico
Teixeira Ribeiro**

PAULO DE PITTA E CUNHA



ACADEMIA DAS CIÊNCIAS
DE LISBOA

LISBOA • 2022

Elogio Histórico do Académico Teixeira Ribeiro¹

PAULO DE PITTA E CUNHA

José Joaquim Teixeira Ribeiro, eminente Académico e professor universitário, faleceu em Coimbra em 1997, após longa e frutuosa carreira como docente e investigador no domínio das ciências sociais, com relevo para o direito financeiro, a fiscalidade e as finanças públicas.

Esta carreira foi apenas interrompida por brevíssima incursão na vida política, através da sua participação no efémero V Governo provisório, no verão de 1975. Mas o que sobressai é, sem sombra de dúvida, a figura marcante do académico e do professor, o rigor por ele posto na formulação dos problemas, a clareza didáctica dos textos publicados.

Não tendo sido meu professor, dado que frequentei o curso de Direito na Faculdade de Lisboa, foram ainda assim, numerosos e bem significativos os momentos em que me avistei com Teixeira Ribeiro.

Visitei-o por diversas vezes no sóbrio gabinete que mantinha na Faculdade da Universidade de Coimbra. Aí o encontrava, em ambiente quase monástico, rodeado de pilhas de livros pertinentes às ciências que cultivava, lendo e escrevendo incansavelmente sobre os temas em que investigava e ensinava.

Impressionou-me sempre a lhaneza do seu acolhimento, a total disponibilidade para dedicar uma parte do seu tempo para uma conversa, sempre interessante e proveitosa.

Em alguns dos nossos encontros, o foco residiu nas reformas dos sistemas fiscais; outras vezes, foi debatido o assunto da maior ou menor extensão das disciplinas económicas no elenco das Faculdades de Direito de Coimbra e de Lisboa.

O Professor Teixeira Ribeiro, cujos escritos faziam autoridade quer no âmbito destas instituições universitárias, quer entre os próprios economistas profissionais, tantas vezes avessos a aceitar o contributo de autores de formação

¹ Apresentado na Sessão conjunta das Classes de Letras e de Ciências, em 27 de Novembro de 2014.

originariamente jurídica para o debate em torno dos problemas da política económica, estava aberto à consideração de todos os assuntos relevantes dentro das matérias a que se dedicava.

Nas nossas conversas, aflorou em certo momento um notável estudo do Professor Costa Leite Lumbrales, também Académico ilustre e meu querido Mestre em Lisboa, no qual se fazia, acertadamente, a apologia das Faculdades de Direito como escolas de formação em ciências sociais, *maxime* a economia, em detrimento da visão estreita da formação profissional de juristas.

Foi aqui, na Academia das Ciências, que tive o prazer de assistir a diversas comunicações de Teixeira Ribeiro. Nestas, uma vez identificados com grande rigor científico os principais problemas atinentes ao tema proposto, eram expostos, com objectividade, os argumentos favoráveis ou contrários a determinadas soluções, e sugestivamente aberto o caminho para novas investigações.

A participação de Teixeira Ribeiro no júri de provas universitárias realizadas na Faculdade de Direito de Lisboa – provas em que fui candidato – foi outro ponto de ligação ao insigne Professor. Recordo que a prova em que foi arguente respeitava à matéria, bastante técnica, da conta de gerência e da conta de exercício.

A prova foi conduzida com a severidade (diria que quase a *secura*) e com o rigor que Teixeira Ribeiro punha nestes actos universitários. Mas, no final, tive a surpresa de o ver formular um vaticínio expressivo em relação à minha carreira universitária. Foi uma nota de encorajamento, que muito me sensibilizou.

Embora, como é patente, o professor Teixeira Ribeiro não tivesse afinidades ideológicas com o regime político em cuja vigência decorreu boa parte da sua carreira universitária (julgo, mas não o posso assegurar, que a sua preferência recaía numa forma de socialismo de mercado), dos seus escritos, profundamente meditados, não transparecia qualquer tomada de posição política. Os argumentos eram apresentados com objectividade e ponderados de modo sereno e rigoroso. A esta luz, bem insólita me parece a sua participação no penúltimo Governo Provisório...

Veja-se, em particular, o seu notável ensaio “Capitalismo e socialismo em um só”. Nele, depois de identificar as características centrais dos dois sistemas, refere

a progressão do socialismo, realizado na União Soviética e países satélites e na China, na forma de Estado ditatorial com plano imperativo; mas reconhece que o sistema capitalista conseguiu altos níveis de progresso, mantido graças a oportunas correcções e adaptações, e não dando quaisquer mostras de decrepitude. Aliás, comenta, só mediante a intervenção de exércitos exteriores se tornaria possível o triunfo da revolução socialista em países evoluídos, como sucedeu no caso ímpar da Checoslováquia.

O estudo concluía que o sistema socialista deu provas como técnica poderosa de desenvolvimento de países atrasados, mas não como técnica de desenvolvimento de países evoluídos.

Numa apostila ao seu ensaio, Teixeira Ribeiro veio notar, anos mais tarde, que o socialismo perdeu, a partir de 1960, boa parte do seu carácter aliciante: muto da sedução que esse sistema suscitava para os países pobres ter-se-á esfumado. E alude à introdução de elementos do capitalismo na China, como economia mista de mercado e de plano. Acrescenta que o vaticínio de que os países preferem sair da pobreza em economia socialista, e não em economia capitalista, que havia formulado no ensaio, se terá revelado errado.

É curioso que a apostila, datada de 1991 (dois anos então já decorridos desde a queda do muro de Berlim) não faz qualquer referência à convulsão do mundo socialista, a qual veio derrubar o aparente equilíbrio entre os dois sistemas em causa. Mas, na sua assinalável comunicação sobre o liberalismo económico, apresentada em Maio de 1992, Teixeira Ribeiro reconhece abertamente o fracasso do socialismo de plano, considerando que a economia socialista só parece defensável no modelo de socialismo de mercado.

Para além dos estudos contidos em comunicações e conferências e de numerosos outros trabalhos, designadamente os publicados na *Revista de Legislação e de Jurisprudência* e no *Boletim de Ciências Económicas* da Faculdade de Direito de Coimbra, de que Teixeira Ribeiro foi fundador, importa referir o livro sobre finanças públicas (rotulado, com imerecida modéstia, ao longo de várias edições e reimpressões, com o título de *Lições*), e a *Introdução ao Estudo da Moeda*. São dois notáveis exemplos de clareza na exposição, de rigor na formulação dos conceitos, de sentido didáctico e de elegância de estilo.

As *Lições de Finanças Públicas* representam, sem dúvida, um ponto alto na renovação dos estudos universitários da disciplina em Portugal.

Não sendo este o local apropriado para uma análise aprofundada, limitar-me-ei a apontar alguns temas nelas abordados, os quais conservam visível actualidade.

Atente-se nas considerações com que Teixeira Ribeiro comenta o recurso aos empréstimos públicos contraídos no estrangeiro. Sublinha nas *Lições* que a dívida externa, além do seu efeito negativo sobre a balança de pagamentos, pode colocar o país devedor em situação difícil para solver os seus compromissos internacionais. E põe em relevo o ónus que aquela dívida representa em termos de transferência para as gerações futuras, sustentando, sabiamente, que o Estado não deve sobrecarregar-se com empréstimos externos para além dos recursos de que se supõe vir o país a dispor para satisfazer os juros e os reembolsos...

Anteriores, na sua formulação, à eclosão da crise da dívida soberana de Portugal, estes pensamentos constituem uma séria advertência que, infelizmente, não foi devidamente escutada pelos decisores políticos nacionais.

Em domínio muito diverso, o das receitas efectivas e, em particular, o dos impostos sobre o rendimento, rebate Teixeira Ribeiro os argumentos a favor da tributação do rendimento normal. Joga aqui a experiência que o Mestre colheu no terreno, pois lhe coube, como é sabido, a presidência da Comissão de Reforma Fiscal de 1958-1965, que teve como ponto inovador e marca de progresso precisamente a consagração da tributação dos rendimentos reais, e cuja missão se traduziu na publicação dos códigos relativos a cada um dos diferentes impostos sobre o rendimento, a qual foi antecedida da do código relativo à sisa e imposto sucessório.

Aquela Comissão não alterou a arquitectura do sistema fiscal existente, pois continuaram em aplicação os diferentes impostos cedulares, completados pelo imposto pessoal de sobreposição, o imposto complementar.

Nas edições posteriores à reforma fiscal do final dos anos 80, Teixeira Ribeiro já enuncia os princípios e analisa os conteúdos da mutação do sistema fiscal que com esta reforma se operou, aludindo à base constitucional do imposto único sobre as pessoas singulares (IRS), e notando que este sucedeu, “como é frequente”, ao sistema de impostos parcelares e imposto complementar.

A Comissão de Reforma que trabalhou entre 1984 e 1988, cuja coordenação recaiu sobre os meus ombros, beneficiou das mudanças no sistema fiscal que haviam sido introduzidas duas décadas antes pela reforma coordenada pelo Prof.

Teixeira Ribeiro – não obstante a insatisfação por ele demonstrada ao criticar falhas ulteriores à introdução dos diferentes códigos, que sintetizou com a expressão sugestiva de “contra-reforma fiscal”.

Cabe ainda referir, uma vez que está a comemorar-se a figura do Académico, no contexto da instituição a que dedicou muito do seu tempo e da sua atenção, o grande empenho posto na apresentação de comunicações, de alta qualidade e manifesta oportunidade.

De entre a quase dezena e meia de comunicações apresentadas, ao longo dos anos 80 e de parte da década de 90, são de lembrar, entre outras, as relativas a pontos fundamentais do sistema fiscal, ao enquadramento constitucional da matéria das finanças públicas, às políticas de redistribuição e de estabilização, ao liberalismo económico e à natureza e eficiência da economia socialista. Todas elas foram, como era timbre do Professor, escrupulosa e metodicamente preparadas.

O empenho posto pelo autor na apresentação das suas comunicações está bem ilustrado num episódio em que, insurgindo-se com a mudança de datas que a Academia propunha para determinada intervenção, Teixeira Ribeiro advertiu que, caso a desorganização persistisse, poderia ter de desistir de apresentar novas comunicações. Felizmente as coisas compuseram-se, e tudo regressou à normalidade...

Da autoria de Teixeira Ribeiro foi ainda, no plano da Academia das Ciências, o elogio histórico de Moses Amzalak, publicado nas Memórias da Classe de Letras em 1987.

É com particular gosto que lembro aqui a figura eminente do Professor Amzalak, recordando a sua incansável dedicação às tarefas da Academia, e não esquecendo que foi ele quem me transmitiu, em tempos idos, o convite para sócio correspondente da secção de Economia e Finanças da Classe de Letras, secção em que após o falecimento, por todos profundamente lamentado, do Professor Manuel Jacinto Nunes, me deparo na presente situação de decano entre os académicos efectivos.

Teixeira Ribeiro já se havia jubilado quando, no decorrer de um almoço num restaurante de Lisboa, no qual participaram também Manuel Porto e Xavier de Basto, seus discípulos e admiradores na Universidade de Coimbra, indagado sobre como ocuparia o seu tempo após a cessação da actividade regular como docente, nos disse que não acreditando na vida extraterrena, o que daí em diante

faria era o que sempre tinha feito: trabalhar, trabalhar até ao fim. Ainda hoje recordo esse momento com emoção.

Em síntese, julgo que ficam assinalados alguns dos passos mais significativos da vida e da obra do insigne Académico e Mestre da Faculdade de Direito de Coimbra, José Joaquim Teixeira Ribeiro, a quem tive a honra e o privilégio de suceder na cadeira que ocupava – marcada à época como cadeira 33, e actualmente designada, após a renumeração recente, por cadeira 13-L.

(ELOGIO HISTÓRICO APRESENTADO À CLASSE DE LETRAS
NA SESSÃO DE 27 DE NOVEMBRO DE 2014)

Saudação ao académico Paulo de Pitta e Cunha¹

JORGE BRAGA DE MACEDO

O elogio histórico de José Joaquim Teixeira Ribeiro por Paulo de Pitta e Cunha, seu sucessor na cadeira 13L da 6.^a secção (economia e finanças) da Classe de Letras já estava marcado para 27 de Novembro de 2014 quando se realizou, na sala das sessões, a primeira destas oportunas sessões conjuntas. Além de cumprirem a alínea g do artigo 36.^o dos Estatutos, as oito sessões conjuntas já realizadas neste lindo salão nobre mostraram que, numa alusão inesquecível ao papel das bibliotecas e arquivos, “é preciso sabermos ter memória”.²

Sendo conjuntas, estas sessões também permitem que as duas classes se conheçam melhor. Assim, no dia 14 de Novembro de 2013, o meu confrade e amigo Armando Lencastre elogiou Estêvão Cabral e foi saudado pelo antigo presidente Eduardo Arantes e Oliveira, tendo-se seguido uma útil troca de impressões sobre o Padre e Engenheiro Hidráulico que viveu em Coimbra nos finais do século XVIII. A sessão desse dia começou com o elogio histórico de António Manuel Pinto Barbosa, 18L da 6.^a secção.³ Com o recipiendário, mestre e amigo, que vou saudar, evoco a memória de tantos confrades ligados ao economista e governante.⁴

O presidente da classe sabia que Paulo de Pitta e Cunha era o único confrade da 6.^a secção que me tivera como aluno (aliás no curso de economia monetária internacional que viria a ser a minha especialização) e não ignorava que o desejo

¹ Agradeço os comentários do recipiendário a uma versão anterior, à qual juntou a lista de catorze publicações entre 2009 e 2013, reproduzida no anexo 1, acrescentando um desabafo revelador: “De então para cá, não tenho novos escritos, até porque considero algo cansado o tema, pelo qual me interessei, de austeridade vs. crescimento”. A lista dos trabalhos disponíveis, elaborada pela Dra. Leonor Pinto, consta do anexo 2. Agradeço ainda às bibliotecárias e à secretária o apoio na elaboração deste trabalho. No IICT, a Dra. Laura Domingues também ajudou.

² Título da mesa redonda debate in Jorge Braga de Macedo, org., *Jorge Borges de Macedo: Saber Continuar*, Lisboa: Instituto Diplomático, 2005, p. 169 ss.

³ Academia das Ciências de Lisboa, *Relatório de Atividades de 2013*, p. 22.

⁴ Título do elogio publicado em *NOVASBE Working Paper* n.º 577 Dezembro 2013.

dele me responder tinha o acordo do então decano, Manuel Jacinto Nunes (8L), que se sentia sem fôlego para intervenções orais. Como teve um impedimento súbito, o ora recipiendário preveniu-me na véspera que não poderia estar, o que logo comuniquei ao presidente. Este recorreu ao decano da 5.^a secção (direito e ciência política), Pedro Soares Martínez (11L), mestre e amigo, que improvisou uma tocante peça oratória, publicada pela *NOVA School of Business and Economics* com um inédito de Jacinto Nunes, que julgo ser o seu último escrito profissional.⁵

Ora, cabia precisamente ao decano da 6.^a secção, cuja morte em 14 de Julho passado a todos nos surpreendeu e consternou, saudar o ora recipiendário. Em vez do antigo presidente da Classe, da Academia e do respetivo Instituto de Altos Estudos, cumpre agora ao sucessor de Pinto Barbosa, antigo presidente do Instituto, responder ao novo decano da sua secção, aquele mesmo que contava lhe iria responder...

Se responder fosse regar, o Paulo seria hoje o *arroseur arrosé* e eu o ajudante atrevido que leva nalgadas no primeiro filme dos irmãos Lumière, projetado em Paris há 120 anos. Mas estas inversões de papéis são parte integrante da nossa confraria: basta recordar que Pinto Barbosa respondeu a Teixeira Ribeiro quando, em 19 de Novembro de 1987, este fez o elogio histórico de Moses Bensabat Amzalak, antigo presidente e fundador do Instituto de Altos Estudos em 1931.

Aqui a realidade ultrapassa a ficção do regador, porque descobri a economia com João Lumbrales e seu assistente António Sousa Franco, que foi sócio da 5.^a secção, aquela cujo decano me elogiou⁶. Também fiquei amigo de Alberto Xavier, outro assistente da altura⁷. No prefácio do seu *Festschrift* publicado pela

⁵ Trabalho citado na nota 3 acima. Infelizmente, a substituição não foi comunicada aos serviços, e não consta o nome do de quem falou no *Relatório de Atividades de 2013*, loc. cit.

⁶ No meu caso, exprimi a gratidão ao regente em “Liberdades Futuras dos Portugueses”, *Estudos Jurídicos e Económicos em homenagem ao Professor João Lumbrales*, Edição da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, Coimbra Editora, pp. 305-344, 2000 e lembrei o assistente em “Afinidades sustentadas”, *Expresso*, Secção Economia Suave, 26/6/2004.

⁷ Convidou-me, ainda antes de licenciado, para colaborador regular no suplemento “Economia e Finanças” do *Diário de Notícias* que dirigiu entre Março de 1971 e a entrada no governo no início de 1974, quando foi substituído por Freitas do Amaral. Por singular infelicidade não consegui contribuir para as quase 2600 páginas de estudos em sua homenagem publicados pela Almedina em 2013. Aqui fica a gratidão pela amizade e a pena de não ter correspondido à insistência de Clotilde Palma, uma das organizadoras dos três volumes. No Verão de 1975, quando receava não poder regressar à Faculdade após o serviço militar, como efectivamente

Almedina em 2013, lê-se “Alberto Xavier, a par com Paulo de Pitta e Cunha, António de Sousa Franco e Diogo Freitas do Amaral, integrou uma corrente modernizadora e desenvolvimentista, que se organizou, em larga medida, em torno do suplemento de economia do *Diário de Notícias* e se prolongaria em organizações como a SEDES”.

Com o confrade desaparecido tinha o ora recipiendário “invulgares laços de amizade e camaradagem” não conseguindo recordar-se “da menor discordância que entre nós possa ter-se gerado, ou sequer esboçado, ao longo de todo aquele tempo, sobre qualquer assunto atinente à Faculdade”⁸. No *Festschrift* Lumbrales, Pitta e Cunha dedicou-lhe apontamentos de aulas sobre Marx e Keynes.

Ao saudar o recipiendário, evoco a memória dos confrades desaparecidos, dois do ISCEF, agora ISEG, um da Faculdade de Economia da Nova, agora NOVASBE, dois outros das Faculdades de Direito de Coimbra e Lisboa. E agradeço mais uma vez ao Pedro, que há um ano me respondeu com tanto brilho e tanta generosidade.

Dos quatro confrades de secção, três eram meus amigos e o mais antigo fora amigo de meu avô. Recordo, como se fosse hoje, a comoção que senti, quando Don Patinkin, em visita a Princeton no início dos anos 1980, sabendo que eu era português me perguntou pelo seu amigo Moisés, e pude responder invocando José de Macedo, cujo percurso profissional e político em favor da lusofonia global tanto marcou o meu próprio.⁹

Pinto Barbosa, economista e governante, foi aluno, colega e confrade de Amzalak e, tal como Teixeira Ribeiro, aí radicou a projeção internacional do ISCEF, ele que, depois do seu “exílio voluntário no estrangeiro” viria juntar-se a Alfredo de Sousa na Universidade Nova de Lisboa, para onde entrei em 1976,

se verificou, encontrei o Alberto em São Paulo e aconselhou-me a ficar no Brasil, mas não encarei a deserção, como relato na homenagem ao recém-falecido o general Gabriel Espírito Santo, *Revista Militar*, n.º 11 – Novembro 2014, pp. 1035-1036. O resto vem em notas a “Alfredo de Sousa: Economista constituinte”, cit.

⁸ *In Memoriam* Sousa Franco, Almedina, 2005, p. 23 ss. Em 2006 a Faculdade publicou um *Festschrift* de 3224 páginas, com uma breve introdução pelo ora recipiendário ao “cultor brilhante no direito e na economia”, salientando que partilharam “os bons e maus momentos da vida da Faculdade – na qual, lanço a lanço, percorremos, a par, toda a nossa carreira docente”. Significativas as contribuições de Pinto Balsemão e Mário Soares, fundadores dos seus dois partidos.

⁹ Até uso o seu número de sócio da Sociedade de Geografia, como mencionei em “Ultimato e lusofonia global”, *Blogue de História Lusófona*, IICT, 10 Novembro 2014.

para criar uma *School of Business and Economics* internacional que, depois do Campo Grande e de Campolide, vai mudar-se para Cascais.¹⁰

Foi a Teixeira Ribeiro, pouco depois da sua morte, que dediquei a minha primeira comunicação nesta Academia, intitulada “Guerra, impostos e ouro: a herança do real”. A sua *Introdução ao Estudo da Moeda*, de 1949, inspirou uma incursão na história monetária portuguesa incluída na minha tese de doutoramento. Ao rever o capítulo para o seu *Festschrift*, publicado em 1979, salientei que, num horizonte secular, o compromisso com uma taxa de câmbio nominal fixa parecia muito resiliente.¹¹ Trabalhos posteriores confirmaram essa conclusão, que Paulo desvaloriza mais do que eu.

Quanto a Jacinto Nunes, sucessor de Pinto de Barbosa como presidente do Instituto de Altos Estudos e decano da 6.ª secção, foi elogiado no último número da *Nova Cidadania*, designadamente porque o cidadão economista soube aproximar Pinto Barbosa e Silva Lopes.¹² Este confrade alinou com projetos comuns da 6.ª secção como o de propor sócios correspondentes estrangeiros e estudar as percepções dos economistas depois da crise de 2008, juntando as duas classes para incluir perspetivas da neurociência e refletindo a lusofonia global – ao contrário do que aconteceu na Carta entregue pela Academia Britânica à Rainha Isabel II.

Nas atividades que a secção patrocina, empenhou-se o ora recipiendário, como decidimos, com o anterior decano, à margem da assembleia geral da Sociedade de Desenvolvimento da Madeira no início daquele ano fatídico e concretizámos no projeto dito da Carta à rainha lusófona.

Ora Paulo de Pitta e Cunha, advogado desde 1962 e jurisconsulto, entrou para a 6.ª secção em 16 de Junho de 1977, dia em que o seu predecessor Moisés Amzalak abriu o famoso *Simpósio de Estudos Keynesianos*, seguindo-se Pedro Martínez

¹⁰ Cf. a minha homenagem “Alfredo de Sousa: Economista constituinte”, publicada pela NOVASBE no 20.º aniversário da sua morte, 3 Novembro 2014.

¹¹ “War, taxes and gold: the inheritance of the real” (com Álvaro Ferreira da Silva e Rita Martins de Sousa), NOVASBE Working Paper n.º 318, Março 1998 depois publicado em *Transferring Wealth & Power from the Old to the New World*, organizado por Michael Bordo e Roberto Cortes-Conde, Cambridge: Cambridge University Press, 2001, pp. 187-228. A contribuição intitulava-se “Portuguese Currency Experience: An Historical Perspective” e reproduzia a parte histórica do 3.º ensaio da minha tese, publicada pela Serviços Gráficos da Universidade Nova de Lisboa em 1982.

¹² Como essa aproximação foi facilitada pela amizade com Cavaco Silva e Ramalho Eanes vem descrito em *Nova Cidadania*, n.º 54, Outono Inverno 2014, pp. 51-56. A homenagem também inclui um testemunho de Guilherme Oliveira Martins, confrade da 7.ª secção (Sociologia e outras ciências humanas e sociais), pp. 57-58.

a 23, Jacinto Nunes a 30, Silva Lopes a 7 de Julho e ele próprio a 14 de Julho, tendo Pinto Barbosa encerrado os trabalhos a 4 de Novembro.

O então presidente da classe, Jacinto do Prado Coelho, servira de relator da proposta também assinada por Jacinto Nunes, que lhe viria a suceder na presidência. A proposta junta uma “numerosíssima bibliografia” que atesta os “altíssimos méritos de economista” do jovem correspondente. Refere depois o doutoramento, *Expansão e Estabilidade – Os Dilemas da Política Macro Económica*, 1972, um “grosso volume de 574 páginas” dizendo “Bastava este livro para o colocar na primeira linha dos economistas portugueses da segunda parte do século XX”. Continua salientando trabalhos na área fiscal e viagens ao estrangeiro nas quais “frequentou com utilidade os melhores economistas da atualidade”. Conclui que é “filho do nosso prezado confrade Dr. Paulo Veríssimo Cunha”.¹³

A passagem a efetivo por unanimidade dá-se em 25 de Maio de 1995, assinada pelo decano Pinto Barbosa e por Jacinto Nunes, além de sócios de outras secções, a saber Mário Júlio de Almeida Costa (da 5.^a), o saudoso Justino Mendes de Almeida e Manuel Viegas Guerreiro, etnólogo que em 2009 daria o nome a uma fundação algarvia. Constam do processo as felicitações do saudoso presidente Pina Martins e do secretário geral Toscano Rico, bem como o envio do bilhete de identidade e do diploma pelo próprio Justino e por Armando Pombeiro, enquanto secretários gerais sucessivos.

A união de gerações e de secções que convergem nesta saudação tem um reflexo nítido nas 3365 páginas que são dedicadas às contribuições do recipiendário em assuntos europeus e integração económica (volume I), economia, finanças públicas e direito fiscal (volume II), direito privado, direito público e vária (volume III), donde retirei o revelador retrato e respiguei testemunhos mais pessoais. Do maestro Alvaro Cassuto, aluno de seu pai, Fausto Quadros, seu aluno e colaborador no Conselho Fiscal da SDM, que salienta a descrença “em grande parte do percurso da integração europeia, sobretudo na componente política” (III, p. 797), Francisco Costa, Presidente da SDM que conta a história do Centro Internacional de Negócios da Madeira (III, pp. 801-810), Luciano Ravara, seu

¹³ Nele delegou o voto nas eleições de 5 de Dezembro de 1979, conforme consta do seu processo individual. Ainda falta preencher a cadeira de seu pai, bem como a do seu avô materno, Pedro Pitta.

companheiro médico no Movimento Europeu a Marcelo Rebelo de Sousa, que com o singelo título “Gratidão”, discorre sobre o que a Faculdade de Direito de Lisboa lhe deve, deixando cair que “criar um corpo de seguidores ou fomentar uma Escola própria” não haverá “sido sua preocupação obsessiva” e que a morte de Sousa Franco o deixou “mais só, no pior ensejo” (III, pp. 863-4).

Também contribuem Fernão Fernandes Thomaz, Luís Gallego e Pedro Alvim, amigos desde o Liceu Pedro Nunes (III, p. 799, 859, 945 respetivamente), concluindo este último o volume com a menção à “determinação férrea das suas convicções”. E estão lá três dos cinco filhos: Tiago escreve em inglês a partir de Bruxelas sobre o canal da Mancha (I, p. 1289 ss), Paulo escreve sobre direito comercial e salienta o “exemplo de verticalidade e independência” do pai (III, p. 317 ss), Marta escreve em inglês sobre os riscos e benefícios da relação dos seus colegas com os meios de comunicação social (III, p. 885 ss).

A minha própria contribuição intitulada “Saudades do bom aluno”, alusão à primeira comunicação a que assisti depois de eleito sócio, intitulada “Saudades de Keynes”¹⁴ e ao preocupante endividamento externo a que se assistia (II, p. 319 ss) sofreu uma curiosa gralha no título no índice que aparece como “Centro Globalização e Governação”. Esse Centro da NOVASBE de que sou responsável desde 2008 tem permitido dinamizar o referido projeto da carta à rainha lusófona, nele tendo participado vários confrades das duas classes, nacionais e estrangeiros, da Academia Real da Bélgica, incluindo ainda o economista brasileiro (de filiação académica belga) Renato Flores, que denuncia o euro-otimismo reinante e afirma, peremptório: “A falta de atenção a vozes como a de Pitta e Cunha é, infelizmente, parcialmente responsável pelos problemas que a União hoje enfrenta” (I; 1192).¹⁵

Como se percebe, elogiar quem primeiro me ensinou aquilo que vim a ensinar toda a vida, mais do que um prazer, é um privilégio. Aquele professor que, por ocasião da reunião anual do FMI de 1971, me apresentou a Robert Triffin com

¹⁴ Fui eleito precisamente na sessão de 27 de Novembro de 1997 e a primeira sessão em que participei teve lugar em 12 de Fevereiro de 1998, quando o Paulo apresentou uma comunicação sobre o euro e o pacto de estabilidade, como noto em www.jbmacedo.com/acl.htm.

¹⁵ Criado em 2008, o CG&G tem norteado a minha investigação desde que passei pela OCDE entre 1999 e 2004, graças também à associação com o Instituto de Investigação Científica Tropical e o Instituto de Altos Estudos da Academia, que explico em mais detalhe na comunicação a sair nas *Memórias*, vol. 38.

quem primeiro estudei em Yale, onde me vim a doutorar, e que tentou mais tarde contratar-me para Lovaina para onde voltara.

Aquele que, no quadro da Inteuropa, me entusiasmou nas questões europeias antes da adesão, com quem organizei a conferência sobre *Economic Policy in the Enlarged European Community*, publicada na revista *Economia* da Católica em 1984 e que, com Jacinto Nunes, acompanho ao longo de quase três décadas na SDM.

Aquele que, em 1984, viria a indicar-me a Ernâni Lopes para vogal da Comissão de Reforma Fiscal, a que presidia, permitindo um regresso suave dos Estados Unidos, inicialmente em licença de Princeton: foi uma experiência única, mau grado o desacordo que tive com a rejeição da *flat tax*, que teria grandemente simplificado a administração fiscal. Sei que o Paulo ficou magoado com o meu voto de vencido mas foi uma questão de consciência. Como cantava então o californiano Bob Seger “*I wish I didn’t know now what I didn’t know then...*”

Aquele que, contra ventos e marés, continuou a escrever sobre temas de economia monetária internacional e integração económica enquanto advogava e continuava a ensinar na Faculdade de Direito de Lisboa.

Aquele que nunca deixou de participar nos debates da profissão nem desistiu de dar a conhecer a sua perspectiva. Quem ensinou em seis outras escolas além da sua Faculdade, admira o homem numa escola só – que nela se não quer aquartelar!

Aquele que, insistindo em dar a conhecer as suas posições sobre economia nacional, europeia e mundial, se revela economista sem quartel.

Ao preparar esta saudação, aprendi muito sobre uma personalidade que julgava conhecer. Desde logo, pasme-se, a sua experiência no PPD em que passou de militante a simpatizante quando me aconteceu o inverso no PSD. Entre Janeiro de 1975 e Outubro de 1976 foi membro da Comissão de Relações Internacionais, que chegou a dirigir, e foi deputado “fugazmente” na primeira legislatura.¹⁶

Também consta do seu processo individual a ida ao 4.º congresso da *International Economic Association* realizado em Budapeste, onde participou no grupo de trabalho de Raymond Barre, que, quase no virar do século, viria a receber um

¹⁶ Em Junho e Julho de 1976, o que me levou a pensar erradamente que teria sido constituinte embora soubesse que colaborou no regimento e não na constituição económica, como foi o caso de Alfredo de Sousa, salientado na homenagem cit..

doutoramento *honoris causa* pela Universidade de Lisboa.¹⁷ O mesmo aconteceu com outros grandes nomes da economia pública como Richard Musgrave, Alan Peacock e Vito Tanzi, tendo este último uma relação com o Fundo Monetário Internacional, que também nos aproximou na conferência sobre *Ajustamento e crescimento na actual conjuntura económica mundial* realizada no Banco de Portugal em 1985.

Em Novembro de 1974 visita Luanda, em Maio de 1976 fala na SEDES sobre Portugal e a Europa, em Julho na sucursal da Fundação Friedrich Ebert e em Outubro na famosa conferência sobre a economia portuguesa em que, pela mão de Silva Lopes, desembarcou em Portugal o famoso grupo de estudantes de Rudiger Dornbusch, entre os quais estava o futuro prémio Nobel Paul Krugman, sócio correspondente estrangeiro proposto pela 6.^a secção, em 2009.

Termino com a recordação singela de um presente que me deu quando me veio visitar a Yale e nos começámos a tratar pelo primeiro nome. Trata-se do clássico *The Art of Central Banking* de R.G. Hawtrey, publicado em 1932, com a seguinte dedicatória de 15 de Novembro de 1978: “lembrando os velhos tempos da Faculdade de Direito de Lisboa e esperando que ela conte nos seus projetos de carreira.”

A propósito de temas tão centrais nessa mesma carreira como moeda, câmbios e bancos, ocorre-me citar de novo a conclusão histórica da minha homenagem ao economista de Coimbra: “Salazar in the 1930’s and the Revolutionary central bankers of 1974-75 are closer to each other than they are to contemporary monetary authorities in Mediterranean and Latin American countries”.¹⁸

A propósito de Faculdades, felizmente elas vivem em harmonia porque sucessivos decanos da 6.^a secção souberam gerir a diversidade, evidente no elenco de

¹⁷ As atas desse congresso, publicadas em 1976 por Fritz Machlup com o título *Economic integration: worldwide, regional, sectoral*, inspiraram as minhas aulas de integração económica na Universidade Católica Portuguesa. Numa oportuna iniciativa da associação de antigos alunos deu uma mini-aula 35 anos depois intitulada “A globalização liberta aproximando”. Uma das inspirações foi o trabalho de Richard Cooper sobre o tamanho ótimo da zona integrada a que talvez Paulo pode ter assistido em Budapeste...

¹⁸ Durante a saudação mostrei aos presentes cópia do último trabalho, que o recipiendário acabara de oferecer à biblioteca, bem como do exemplar dedicado. Antes tinha lido a Paulo um parágrafo que ele talvez aplicasse ao padrão euro: “The gold standard *has* become intolerable, and is only tolerated because public opinion does not understand the situation well enough to associate the cause with its consequences” (p. 231, *italico no original*).

anteriores titulares das nossas cadeiras como Afonso Costa, Moisés Amzalak, Ruy Ulrich, Pinto Barbosa e Teixeira Ribeiro. Desde 2008, a secção ganhou em diversidade, sem perder a matriz ecofin, e conseguiu geri-la em reuniões regulares onde não faltaram confrades de ciências nem a lusofonia global.

Então imploro ao decano: Paulo, não castigue o ajudante atrevido do *arroiseur arrosé*!

(SAUDAÇÃO AO RECIPIENDÁRIO PROFERIDA NA SESSÃO PLENÁRIA PÚBLICA
DE 25 DE NOVEMBRO DE 2014)